

# **INDICAÇÃO GEOGRÁFICA VALE DOS VINHEDOS**

## **Sinal de Qualidade Inovador na Produção de Vinhos Brasileiros**

Jorge Tonietto

Dr., Pesquisador da Embrapa Uva e Vinho, Rua Livramento, 515 – 95700-000 Bento Gonçalves, Brasil; e-mail: tonietto@cnpuv.embrapa.br

Desde a Antigüidade, a produção de vinhos utiliza o nome geográfico das zonas de produção como sinal de qualidade para vinhos de maior prestígio. A vitivinicultura mundial atualmente reconhece e protege centenas de indicações geográficas, como patrimônio coletivo das regiões e países que as consolidaram.

A Lei de Propriedade Industrial n.º 9.279, de 14.05.1996, estabeleceu as Indicações Geográficas no Brasil, contemplando duas modalidades: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. Ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, foi delegada competência para estabelecer as condições de registro das indicações geográficas. Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico - do país, da cidade, da região ou da localidade do seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Já na Denominação de Origem o nome geográfico designa produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos.

No segmento vitivinícola brasileiro, em 1995 foi criada a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos - APROVALE, tendo como objetivos, dentre outros, o estabelecimento e a proteção de indicação geográfica para os vinhos do Vale dos Vinhedos - uma sub-região da tradicional região vitivinícola da Serra Gaúcha, no estado do RS. A vitivinicultura na Serra Gaúcha foi estabelecida a partir da colonização italiana iniciada em 1875, como atividade tipicamente de agricultura familiar, que envolve atualmente ao redor de 15 mil propriedades vitícolas.

A Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos foi estruturada com uma Indicação de Procedência. Diversos trabalhos de pesquisa foram desenvolvidos para fornecer elementos para sua implementação. Seu regulamento incorpora diversas

inovações na produção, controle e comercialização de vinhos de qualidade no Brasil, conforme segue: 1 - Área de Produção Delimitada, com base em critérios geográficos, totalizando 81 Km<sup>2</sup> localizada nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul; 2 - Cultivares Autorizadas, exclusivamente de *Vitis vinifera* L., sendo 10 tintas e 11 brancas/rosadas; 3 - Produtividade Máxima por Área, limitada a 150 hectolitros de vinho por ha; 4 – Origem da Matéria-Prima, com percentual mínimo de 85% proveniente da área de produção delimitada; 5 – Produtos Autorizados, estabelecidos em sete tipos: Vinhos Secos - Tinto, Branco e Rosado, Vinho Leve, Vinho Espumante Natural, Vinho Moscatel Espumante e Vinho Licoroso; 6 - Elaboração, Envelhecimento e Engarrafamento dos produtos na área de produção delimitada; 7 - Padrões de Identidade e Qualidade Química e Organoléptica dos Produtos, mais restritivos que o estabelecido pela legislação brasileira de vinhos, incluindo padrões de acidez volátil e anidrido sulfuroso total dos vinhos e avaliação sensorial por Comissão de Degustação; 8 – Normas de Rotulagem, incluindo selo de controle; 9 – Registros dos Estabelecimentos e Controles de Produção Vitícola e Enológica; 10 – Conselho Regulador, encarregado do cumprimento do regulamento da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. Ainda, fazem parte dos princípios desta Indicação de Procedência, o respeito às indicações geográficas reconhecidas em outros países ou no Brasil.

A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos representa um novo patamar na produção, organização e comercialização da produção de vinho no Brasil. Tais produtos constituem os chamados “vinhos brasileiros de 4ª geração”.

A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, pelo caráter inovador e pioneiro, serve de exemplo para o aprimoramento da produção de vinhos no Brasil, como também para o conjunto de produtos agropecuários que apresentam potencial para se integrarem ao sistema das indicações geográficas.

As indicações geográficas constituem um sistema capaz de agregar valor e gerar riqueza, numa opção concreta para uma nova etapa de desenvolvimento e para uma nova geração de produtos de qualidade no Brasil, podendo beneficiar produtos da agricultura familiar, dentre outros.